

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

ANDRESSA CARRIJO ROSA
FELIPE ZANDONÁ SANTOS
TAINA VITORIA SOMAIO PAPALEO

**EM BUSCA DA AUTONOMIA: CARTOGRAFIA DE UMA
EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE ACOLHIDA DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO
2019**

ANDRESSA CARRIJO ROSA
FELIPE ZANDONÁ SANTOS
TAINA VITORIA SOMAIO PAPALEO

**EM BUSCA DA AUTONOMIA: CARTOGRAFIA DE UMA
EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE ACOLHIDA DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro
de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade
Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial
à obtenção de grau de Bacharel em Psicologia

ORIENTADORA: Profª. Dra. Adriana Rodrigues Domingues

**SÃO PAULO
2019**

EM BUSCA DA AUTONOMIA: CARTOGRAFIA DE UMA EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE ACOLHIDA DE SÃO PAULO

Andressa Carrijo Rosa
Felipe Zandoná Santos
Tainá Vitoria Somaio Papaleo
Adriana Rodrigues Domingues (Orient.)

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo: O presente texto apresenta os relatos de uma experiência que teve como objetivo analisar as implicações de uma intervenção voltada a compreender a busca pela autonomia do sujeito, junto a usuários de um Centro Temporário de Acolhimento da região central do município de São Paulo. Para tanto, escolhemos a cartografia como método. Foram realizadas estratégias de vinculação, rodas de conversa e ações de apropriação da cidade, acompanhadas de observação participante por, aproximadamente, um ano. A análise aponta que esse serviço, disposto a reinserir socialmente a partir da autonomia individual, acaba fabricando sujeitos desamparados, no sentido de pessoas dependentes da instituição e sem qualquer favorecimento para emancipação pessoal. Essa prática institucional favorece a passividade, a obediência, a dependência de forças extrínsecas que fogem ao controle, impossibilitando quaisquer condições do indivíduo enveredar por um processo de autonomia: gerir seu cotidiano com suas próprias ações e construir sua história. O trabalho evidencia a necessidade de se construir debates e proposições acerca do processo de desinstitucionalização para que essas pessoas possam, de fato, ter condições de se emanciparem.

Palavras-chave: cartografia, autonomia, sistema albergal.

Introdução

Este trabalho apresenta um relato de uma experiência de estágio realizada com usuários de um Centro Temporário de Acolhimento (CTA) da região central do município de São Paulo. Os pesquisadores tiveram como objeto e objetivo a População em Situação de Rua (PSR) e uma análise das relações de poder que circulam nas instituições de acolhimento destinada à essa população. Em busca de um método que nos permitisse a inserção na pesquisa e com a preocupação em nos comprometer com o objeto pesquisado, buscamos por algo que nos possibilitasse mergulhar nos afetos que permeavam aquele contexto e as relações que pretendíamos conhecer, o método mais adequado nos pareceu ser o da cartografia.

No decorrer do trabalho, a partir dos afetos e sensações que irromperam e dos sentidos construídos através dos vínculos e grupos terapêuticos, uma recorrente temática nos chamava a atenção: a busca pela autonomia. Esta temática veio de encontro ao interesse dos pesquisadores em analisar os mecanismos de poder distribuídos nas instituições de acolhimento, nomeadas

pela aplicação de toda uma tecnologia de dominação e subjetivação, as quais fabricam pessoas em situação de rua submissas. Desse modo, este trabalho terá como tema a população em situação de rua e visará analisar os efeitos de uma intervenção grupal voltada a compreender a busca pela autonomia de usuários de um centro temporário de acolhimento.

O acolhimento institucional é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferecido pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social). O serviço de acolhimento institucional para adultos em situação de rua tem como alguns de seus objetivos: restabelecer vínculos familiares e /ou sociais; promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público; desenvolver condições para a independência e o autocuidado e promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva (BRASIL, 2009).

Segundo o IPEA de 2016, estima-se que havia 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil em 2015. Apesar de representar um grande contingente de pessoas, essa população ainda é pouco conhecida e estudada. Ela não é incluída nos Censos do IBGE e foi objeto de apenas uma única pesquisa nacional. Esta pesquisa foi realizada em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social, porém incluiu somente 71 municípios e se ateve exclusivamente aos adultos em situação de rua. O fato de termos apenas uma pesquisa nacional sobre essa população demonstra o descaso com o qual ela é tratada. Além disso, a ausência de informações dificulta o planejamento e a execução de políticas públicas para esse público e reforça sua invisibilidade social (NATALINO, 2016).

No entanto, Natalino (2016) diz que é importante destacar que nos últimos anos ocorreram diversas iniciativas visando preencher essa lacuna e, portanto, ampliar o conhecimento sobre essa população. Além da citada Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, destaca-se a realização de Censos dessa população em alguns municípios como São Paulo e Belo Horizonte. Ademais, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) demandou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inclusão desta população no Censo de 2020.

A nomeação População em Situação de Rua expressa de maneira mais adequada uma situação social resultante da lógica de acumulação e produção capitalista e não só de fatores

subjetivos vinculados à sociedade e condição humana. Além da questão relativa à dimensão do trabalho e conjuntura socioeconômica em que se insere, a definição da população em situação de rua também se ancora nas noções temporais da trajetória de rua e designa um grupo populacional heterogêneo, mas que tem em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do qual as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas (SILVA, 2006).

Vale ressaltar que o sistema de desigualdade e a má distribuição de renda nos remete à ideia de uma divisão social gerada no país. Isso explicita a ideia de que a estrutura econômica do país funciona de modo a gerar riqueza para algumas minorias, perpetuando uma política de renda injusta, na qual não se pode garantir atendimento às necessidades básicas da maioria da população. Neste sistema que alimenta a miséria e a pobreza, emergem dissonâncias de exclusão e desigualdade que geram uma sociedade vulnerável (FORTINI e SOUZA, 2011).

O conceito de vulnerabilidade social, segundo Ramos e Carvalho (2008), é definido como uma situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social, neste caso os grupos sem poder aquisitivo, são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Mostram, desta forma, que o conceito de vulnerabilidade está entrelaçado com o conceito de mobilidade social, visto que os indivíduos em situação de vulnerabilidade social não encontram possibilidades de se mobilizar em termos de sua inscrição social.

As pessoas que sobrevivem na pobreza e distantes de uma suposta rede de proteção social experimentam vínculos sociais extremamente frágeis, que tendem a se fortalecer ou se romper de acordo com as dificuldades que a realidade lhes apresenta e conforme o acúmulo de experiências desestruturantes ao longo da vida. Varando e Adorno (2004) utilizam o termo "experiências desestruturantes" para designar de maneira geral as experiências individuais, as quais, em vez de fortalecer os recursos pessoais que capacitam o indivíduo para enfrentar os desafios que a vida lhes oferece, minam seu potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua autoimagem, autoestima e sua identidade dentro do grupo; esses eventos se inter-relacionam com as questões estruturais da sociedade.

Partindo do pressuposto de que as respostas institucionais à questão da pobreza foram sendo "assumidas" pela assistência social, por via assistencialista, e observando-se uma redução da dimensão de um problema social tão complexo quanto a pobreza a um diagnóstico que pode

ser tratado através de preceitos higienistas e sanitaristas, identificam-se elementos que concorrem para a implementação de políticas públicas para essa população, que sejam pautadas na construção de redes de sociabilidade e suas relações com processos institucionais, definindo temas e problemas, no contexto de desigualdades de classe, de gênero, raça, etnia e geração (FORTINI e SOUZA, 2011).

Dentro desta perspectiva, propusemos aos acolhidos construir um espaço livre de opinião e ideias para que todos tivessem voz e fossem ouvidos. Através do vínculo terapêutico, de rodas de conversa, de uma escuta atenta das questões levantadas e de uma discussão das mesmas, pudemos vislumbrar com maior abrangência o contexto de experiência vivida destes sujeitos em situação de acolhimento e vulnerabilidade social. Para tanto, buscamos construir uma alternativa contrária à forma dos centros temporários de acolhimento, que muitas vezes reproduzem a vida domesticada ou preservam um mínimo de adesão à cultura dominante.

Desse modo, tentamos criar um espaço para discutir interesses e iniciativas a fim de os usuários buscarem sua autonomia e ressignificarem um novo formato de existência no mundo. A criação desse espaço permitiu aos acolhidos elaborarem um projeto que transpassasse os muros da instituição. Assim, surgiu a ideia de organizar passeios socioculturais para exploração, inserção e apropriação do território. As possibilidades de transformação são possíveis visto que novos significados e sentimentos passam a fazer parte de si, apontando novos rumos e possibilidades, trazendo a esperança de existir e não apenas sobreviver.

Método

Escolhemos a cartografia como método de pesquisa por considerarmos que, como portadora de certa concepção de mundo e de subjetividade, traz um novo patamar de problematização, contribuindo para a articulação de um conjunto de saberes, inclusive outros que não apenas o científico, e favorecendo a revisão de concepções hegemônicas e dicotômicas. Nessa proposta, o papel do pesquisador é central, uma vez que a produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos vividos no encontro com seu campo, seu estudo, que não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos por ele (ROMAGNOLI, 2009).

Essa receptividade afetiva impede a pesquisa de continuar afirmando os dualismos que sempre marcaram as metodologias tradicionais, que impõem ao pesquisador a neutralidade ou o distanciamento para que ele possa representar ou significar o objeto estudado. Além da desconstrução do dualismo cartesiano presente na proposição de um eixo horizontal/vertical da

pesquisa, o método da cartografia implica uma circularidade fundamental entre o sujeito que pesquisa e o objeto a ser pesquisado. A ação do cartógrafo deve ser reconhecer essa circularidade e a co emergência de um dentro (eu) e um fora (mundo a ser conhecido), não só (re) conhecendo essas dimensões, mas, sobretudo, cuidando para que não imponha os pontos de vista a que ele se submete, nem os territórios existenciais que foram por eles solidificados (DOMINGUES, 2011).

Um território desse tipo é coletivo, porque é relacional; é político, porque envolve interações entre forças; tem a ver com uma ética, porque parte de um conjunto de critérios e referências para existir; e tem a ver com uma estética, porque é através dela que se dá forma a esse conjunto, constituindo um modo de expressão para as relações, uma maneira de dar forma ao próprio território existencial. Por isso, pode-se dizer que a cartografia é um estudo das relações de forças que compõem um campo específico de experiências (FARINA, 2008).

No processo da cartografia, o conceito de território é fundamental. Entendemos território por sua noção dinâmica, fluida, viva; sendo que sua formação e suas relações são elementos heterogêneos que se agenciam (PAULON e NEVES, 2013). Pode ser também, entendido como um ato que afeta, como expressão, uma assinatura com constância temporal e alcance espacial, que se apresenta como marca (DELEUZE e GUATTARI, 1980/1997). Desse modo, nosso trabalho visou a construção de um grupo transversal no qual todos tiveram seu espaço, com possibilidade de opinar e ter voz e, assim, criar um espaço de vivências da emersão das diferenças. Para isso, utilizamos dispositivos como estratégias de vinculação, rodas de conversa e ações de apropriação do território urbano.

Para Guattari (2004), a transversalidade é o que promove uma abertura do coeficiente comunicacional dos sujeitos e dos grupos, dissolvendo as hierarquias e, portanto, oferecendo espaço para a emergência da diferença. A transversalidade do grupo reside na sua possibilidade de receber a cada vez outros movimentos e integrantes, perder outros e ir se constituindo no desejo de mundo que o impulsiona. Recusando-nos como um grupo-sujeitado, enquanto grupo-sujeito precisamos sustentar as diferentes escolhas vivenciadas pelos participantes, resistindo a qualquer espécie de aprisionamento ou de ordens, sejam de membros internos do grupo, sejam de membros externos.

A partir daí, fomos criando um grupo terapêutico e o conceito de rizoma nos ajudou a analisar as produções daqueles encontros. Na botânica, rizomas são plantas que crescem para todos os lados, possuem numerosas ramificações, por cima e por baixo da terra, vão se estendendo nas mais adversas situações climáticas. Deleuze e Guattari aplicam tal conceito à filosofia e nos convocam a pensar rizomaticamente: “Deixarão que vocês vivam e falem, com

a condição de impedir qualquer saída. Quando um rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz” (DELEUZE e GUATTARI, 1980/1995, p. 23).

Esse trabalho foi baseado no diário de campo de estágio, no qual eram descritas todas as atividades realizadas com os usuários acolhidos em modelo de atendimento integral, durante 25 encontros entre os meses de setembro de 2018 a maio de 2019.

Análise e Discussão

A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar como se deu nossas diferentes intervenções. No momento em que pretendemos entender as gêneses e os funcionamentos dessas diferentes instituições que nos atravessam e nos constituem, estamos criando possibilidades para a emergência de outras formas de pensamento/ação. A análise de implicações traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa de ser bem-sucedida.

Um dos maiores desafios encontrados durante a realização do estágio foi a dificuldade de estabelecer uma estratégia de intervenção eficaz. Assim, a nossa compreensão sobre o espaço de intervenção e nosso papel na mediação das questões foi uma tarefa realizada a cada encontro e nas tentativas de construir novas ações e novos afazeres. Com o desenvolvimento do estágio, percebemos a necessidade e a importância de extrapolar os muros da instituição. Segundo Mattos (2006), o acolhimento institucional, disposto a “reinsere” socialmente a partir da autonomia individual, acaba fabricando sujeitos desamparados, no sentido de pessoas dependentes da instituição e sem qualquer favorecimento para emancipação pessoal.

Nosso grupo era formado por usuários acolhidos em tempo integral, pois apresentavam algum tipo de transtorno mental e/ou enfermidade necessários de cuidados. A maioria deles estavam em acolhimento há cerca de três anos ou mais e afastados do mercado de trabalho, com exceção de uma usuária que estava nessa condição havia seis meses. Um longo período dentro de uma instituição só vem a favorecer uma cristalização da relação do sujeito com seus objetos internos e externos. Essa cristalização produz um estreitamento da visão de totalidade e o sujeito é lançado à condição de sujeito alienado. Como destacam Domingues, Mattos e Yamaguchi (2005), há um consenso entre os coordenadores dos centros de acolhimento de que é baixíssimo o número de pessoas que tem sua reinserção social desencadeada pelo centro de acolhimento.

Inicialmente, optamos por utilizar nosso primeiro semestre de trabalho para a construção de vínculo com os usuários. Foram realizados 13 encontros semanais com esse propósito. Desse modo, nas semanas seguintes, buscamos participar das atividades exercidas na convivência pelos usuários.

Primeiramente fomos nos inserindo nos grupos através de uma das atividades mais realizadas por eles: o jogo de dominó. Jogávamos dominó em duplas e a mesa girava com novos participantes a cada “melhor de três”. Eles eram bem competitivos. Nós sempre éramos incentivados após uma boa jogada e, também, quando não fazíamos uma boa jogada. Era o modo de os usuários nos deixarem confortáveis. Além disso, durante os jogos, um mais brincalhão sempre tirava sarro dos outros e vice-versa. A risada era garantida (DIÁRIO DE CAMPO, ambiência, 08/10/2018).

Em seus escritos, René Lourau (1983) procurou ligar o conceito de implicação ao de institucionalização, buscando problematizar as condições de possibilidade em que se dão os discursos/práticas dos sujeitos. A implicação aparece, inicialmente, associada ao conceito de contratransferência institucional, já ampliado da noção de contratransferência freudiana. A ferramenta “análise de implicações” supõe, dentre outras, as análises transferenciais daqueles que fazem parte da intervenção, a análise de todos os atravessamentos ali presentes (sexo, idade, raça, posição socioeconômica, crenças, formação profissional, dentre outros) e a análise das produções socioculturais, políticas e econômicas que atravessam esse mesmo estabelecimento e que também constituem os sujeitos que dele participam.

Em determinado momento T., que gosta muito de tocar violão, acabou chegando para junto do grupo. Um dos pesquisadores que havia levado o violão propôs que ele tocasse algo para todos. T. topou e os estagiários organizaram um círculo com algumas cadeiras. Logo chegou outro usuário a quem o pesquisador disponibilizou um chocalho. T. tocou algumas canções antigas e todos, inclusive o pessoal que jogava dominó logo ao lado, cantavam juntos. Apesar do frio e da chuva, o clima era muito sereno e descontraído (DIÁRIO DE CAMPO, ambiência, 08/10/2018).

Desse modo, Lourau (1983) nos apresenta um quadro dessas diferentes implicações. A que estabelecemos, enquanto pesquisadores, com nosso objeto de pesquisa, com a instituição pesquisada ou outra instituição qualquer presente em nossa equipe de trabalho; referentes às demandas sociais que nos chegam; relativas aos nossos próprios pertencimentos sociais, políticos, econômicos, profissionais, libidinais e históricos, dentre outras. O paradigma da implicação permite mostrar as diferentes forças presentes em nosso campo de atuação, fazendo, em muitos momentos, emergir acontecimentos e propiciando análises.

Depois de alguns encontros nos sentimos um pouco mais seguros para propor uma atividade. Organizamos uma roda e formou-se um grupo com 10 participantes aproximadamente. Inicialmente, como muitos ali não se conheciam, pedimos a todos que se apresentassem pelo nome. Depois, como sabíamos que todos gostavam de música, propomos uma brincadeira com mímica para representar o nome de uma

canção. Um pouco tímidos, os participantes foram se soltando com os risos a cada representação. Depois desta, cantávamos todos juntos um trecho da canção escolhida. Por fim, propomos uma palavra que expressasse o que a música representava na vida de cada um ali presente. Entre elas: “palavras”, “memórias”, “felicidade”, “amor”, “terapia” e “alegria”. Enquanto realizavam a atividade pudemos notar a importância do olhar e ser olhado, fato este que nem sempre ocorria por ali (DIÁRIO DE CAMPO, roda de conversa, 18/10/2018).

Segundo Barros (2004), esta é uma das contradições do centro de acolhimento: se no campo do discurso político surgem propostas de luta pelos direitos sociais a partir de uma crítica ao assistencialismo, os atendimentos práticos contrariam o discurso na medida em que se fundamentam no assistencialismo, no humanitarismo, na cristandade, no voluntariado. Consideramos que essa contradição entre programa teórico e atividade prática tem sua razão de ser a partir da própria crítica ao verdadeiro objetivo do centro de acolhimento: servir como “instrumento de controle-dominância”, pois são instituições “...criadas para purgar, decantar, recolher em seus muros a miséria do mundo. Suas portas servem para separar e demarcar: fora, a vida normal do trabalho; dentro, o patológico” (DI FLORA, 1987, p.18).

Nesta mesma direção, Stoffels (1977) afirma que o acolhimento institucional é criado para “amparar, readaptar, recuperar”, ou seja, eliminar o sujeito desviante, para recolocá-lo nos parâmetros de normalidade. Aí reside o caráter preventivo ou profilático do exercício da dominação: segregar e punir os subversivos para que não contaminem a ordem social.

R. disse que era melhor não reclamar, pois quem reclamava ficava marcado e não demorava muito tempo para ser mandado embora. C. lembrou a fala de uma assistente social que dizia que quem não era visto não era lembrado e que era melhor assim (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, roda de conversa medos e autonomia, 23/03/19).

Assim, todos os acolhidos são constantemente observados de forma individualizada e são objetos da análise disciplinar: trata-se do “exame”, tática de poder que “manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (FOUCAULT, 1977).

J. relatou que, no dia anterior, ao decidir ir até uma praça próxima dali, foi interrogado pelo funcionário responsável pela portaria. Este exigiu saber para onde J. iria, com quem iria e estabeleceu um horário para que ele voltasse a instituição. J. alegou que nunca saiu para passear, a não ser ir ao CAPS para ser medicado. Indignado, disse que do portão para dentro eles é que mandavam, mas do portão para fora ele é que mandava (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, Av. Paulista, 05/05/2019).

Segundo Foucault (1999) em cada instituição de sequestro ou disciplinar funciona um “micro-poder”, um “micro-tribunal”, enfim uma “instância de julgamento”. Tal poder é operado de acordo com a norma, submetendo os corpos aos mecanismos de normalização. Trata-se de um processo de enunciação da verdade sobre como os indivíduos devem ser e o que devem fazer. Tais comportamentos esperados são tidos como regra geral, uma norma

reguladora dos sujeitos. Este saber é utilizado para comparar os indivíduos, diferenciá-los e hierarquizá-los a partir da adequação à norma. Por fim, se classifica e estabelece os que estão dentro das normas, os normais, e os que a subvertem, os anormais: “*Ele [o saber] se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer*” (FOUCAULT, 1999, p. 88).

SH. diz que eles não têm autonomia para nada. Segundo ela, o serviço impõe muitas regras. FR. diz que, no entanto, as regras são importantes. Caso contrário, o ambiente viraria uma bagunça. C. concorda com F. e cita casos de que em outros albergues as pessoas usam drogas, tem muitas brigas e confusões e relações sexuais dentro dos quartos. Ele diz que isso também acontece no Portal, mas são raras exceções. Para SH. uma das regras deveria ser a separação dos quartos entre homens, mulheres e transexuais. Ela diz não se sentir à vontade para trocar de roupa perto deles C. também diz não se sentir à vontade estando no mesmo quarto que mulheres que acham que são homens. Segundo ele, elas estão ali para provocar. FR. diz que, independente do gênero, há um respeito de sua parte, mas que não concorda de estarem no mesmo quarto. A discussão sobre gênero começa ficar acalorada e FR. acaba deixando a roda. SH. diz que eles deveriam ficar alojados na antessala, espaço reservado para aqueles que não estão se sentindo muito bem, visto que não é permitido ficar nos quartos durante o dia (DIÁRIO DE CAMPO, roda de conversa autonomia, 15/11/2018).

Baseados em uma análise foucaultiana, podemos detalhar em pormenores o quanto o centro de acolhimento segue algumas técnicas de domesticação e assujeitamento típicas de instituições de sequestro: rigidez dos horários, normalização das condutas, submissão a regulamentos, etc. (DOMINGUES, MATTOS e YAMAGUHI, 2005).

D. relata que é um lugar muito bom de se viver, pois num momento que o indivíduo está sem condições para pagar um aluguel pode contar com esse recurso. Porém, reclama da quantidade de regras e das negligências. D. conta: “Essa semana estava com a pressão alta, o médico me deu um remédio fortíssimo e me mandou chegar em casa e deitar. Dei risada porque sabia que chegaria aqui e não poderia deitar. Então, procurei uma árvore e deitei embaixo dela” (sic). A pesquisadora questionou por que não havia pedido um atestado de que deveria ficar em repouso. D. deu risada e disse que era tanta burocracia que no final já sabia que não deixariam. Por isso preferiu dormir na árvore. Relata que uma outra vez tinha atestado e que não deixaram subir para o quarto para descansar e por isso acreditava que nesse caso não seria diferente (DIÁRIO DE CAMPO, roda de conversa medo e autonomia, 23/03/2019).

O controle disciplinar do albergue é também regido pela técnica de sujeição ao controle da atividade. O albergue determina horários rígidos que devem ser preenchidos com um programa de atividades previamente estabelecido. Este impõe um tempo disciplinar: “...trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (Foucault, 1977, p. 137). Lembramos aqui quando um usuário foi obrigado por um membro da direção a participar de uma atividade. Isso acabou por gerar uma tensão no ambiente, o que poderia comprometer os vínculos que os pesquisadores estavam construindo com os usuários. Deixamos claro a todos o direito de querer ou não participar. A participação deveria ocorrer de livre e espontânea vontade.

O pesquisador conversou alguns minutos com o usuário e ouviu suas reclamações sobre alguns funcionários do CTA. A escuta o fez se acalmar e, assim, querer realmente participar do grupo. Geralmente, às 16h, horário em que os banheiros estão disponíveis para o banho, todos começam a se retirar. Nesse dia, porém, a maioria ficou 20 minutos a mais até o término da dinâmica (DIÁRIO DE CAMPO, atividade percepção/heteropercepção, 01/11/2018)

A tese central da produção de Domingues, Mattos e Yamaguchi (2005) se refere ao fato de que o centro de acolhida, com todas suas técnicas de assujeitamento, acaba por gerar a “dependência institucional” e a fabricação de “sujeitos assujeitados”, entendidos como pessoas adestradas a satisfazer suas necessidades básicas sem empreender o mínimo esforço.

O fim dos nossos passeios pelo território era sempre marcado pelo horário de almoço da instituição. Além disso, muitos usuários deixavam de ir aos passeios por não terem um transporte exclusivo e uma refeição garantida. Mesmo quando os pesquisadores se encarregaram em custear um piquenique a taxa de adesão ao passeio foi extremamente baixa (DIÁRIOS DE CAMPOS, Av. Paulista, 05/05/2019).

Segundo Domingues, Mattos e Yamaguchi (2005), essa prática institucional favorece a passividade, a obediência, a dependência de forças extrínsecas que fogem ao controle, impossibilitando quaisquer condições do indivíduo enveredar por um processo de autonomia: gerir seu cotidiano com suas próprias regras e construir sua história.

Para Sant'Ana (2009), na sua acepção mais ampla, autonomia refere-se à capacidade do sujeito de imprimir orientação às suas ações, por si mesmo e com independência. “*Para FR. autonomia é sinônimo de liberdade. É poder ir e vir. Inclusive, é um direito resguardado pela Constituição, assim como trabalho e moradia*” (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, roda conversa autonomia, 15/11/2018). No entanto, Reichert e Wagner (2007) destacam que a independência e a autonomia não podem ser consideradas como sinônimos: a autonomia é mais que ter comportamentos independentes e a independência diz respeito à capacidade dos indivíduos decidirem por eles próprios.

Este encontro coincidiu com o encontro de outros estagiários. Os usuários haviam proposto organizar um sarau para finalizar o trabalho junto à instituição. O sarau seria no dia seguinte e os pesquisadores, cientes da importância desse momento, se uniram aos estagiários e aos usuários para participarem da confecção dos enfeites para o galpão. Chegada a hora do almoço os usuários fizeram questão que os pesquisadores e os estagiários dividissem a mesa com eles. Assim, pudemos compartilhar de mais um momento de união e confraternização. Após o almoço continuamos o trabalho com os ornamentos por mais um tempo. Despedimo-nos para estar ali no dia seguinte pela manhã (DIÁRIO DE CAMPOS, roda de conversa, 23/11/2018).

Segundo Winnicott (1975), vamos tornando-nos autônomos na medida em que recebemos suporte para isso. O bebê que é segurado por sua mãe (*holding*), cuidado por ela, pode crescer e desenvolver suas habilidades. Essa base, ou suporte, também é proporcionado, num segundo momento, pelo meio social, na medida em que o indivíduo vai necessitando.

Assim, durante a sua vida, é na dependência deste suporte que ele pode ir amadurecendo e tornando-se mais autônomo, ou seja, iniciamos a vida como indivíduos dependentes e a autonomia é algo que se conquista durante o processo de desenvolvimento. Nesse momento, os estagiários ocuparam esse lugar de suporte e ajudaram a tornar possível a realização do sarau.

“TI. protagonizou um lindo espetáculo com sua voz e violão. P. improvisou um rap e contagiou o público. Z. recitou um lindo poema de sua autoria. AL. também compartilhou um de seus poemas. Até mesmo M., psicólogo responsável pelo serviço, declamou sua poesia. SI. emocionou a todos ao rememorar uma história de infância junto a seu pai e citar um belo verso de um poema. L. e Y., num belo dueto, homenagearam a todos com uma canção de Chico César. No entanto, um dos momentos mais marcantes e emocionantes do sarau foi uma homenagem que o grupo fez a MA., usuário muito querido por todos que, infelizmente, veio a falecer. Juntos compuseram uma melodia para a canção escrita por ele. FR., visivelmente comovido e com a voz embargada, cantou a canção. As apresentações foram terminando, mas os comes e bebes prometiam dar um fôlego a mais para continuar a festa. Muita conversa, gentileza, olhares, sorrisos e abraços marcaram essa confraternização para lá de especial. (DIÁRIO DE CAMPO, sarau, 24/11/2018).

A partir daí os laços se estreitaram ainda mais entre nós e os usuários. Buscamos construir um espaço livre de opinião e ideias para que todos tivessem voz e fossem ouvidos. Desse modo, acreditávamos que assim potencialidades iriam aflorar e o grupo se constituir. Os assuntos abordados foram os mais diversos: reflexões sócio-políticas, cuidado de si e visão do outro, padrões sociais, desejos, expressão de sentimentos, juízo de valores, invisibilidade social, medos, luto, drogas e autonomia. Esse espaço permitiu ao grupo elaborar um projeto que transpassasse os muros da instituição. Assim, surgiu a ideia de organizarmos passeios socioculturais pelo território.

Vale dizer que durante o segundo semestre de trabalho ocorreu o desligamento do psicólogo junto à instituição. Esse fato desarticulou a nossa relação com outros funcionários do serviço, visto que era ele quem intermediava as questões institucionais que assomavam nossa atuação. Tais burocracias atravancavam nossa autonomia enquanto pesquisadores. No entanto, ele também nos auxiliava na construção de nossa autonomia enquanto grupo. Havia uma linha muito tênue entre protagonismo e dependência e uma luta intensa para os próprios pesquisadores não serem arrastados em dinâmicas cristalizadas daqueles indivíduos.

Onocko Campos e Campos (2009) definem autonomia não como o oposto de dependência ou como liberdade absoluta. Pelo contrário, entendem autonomia como a capacidade do sujeito lidar com sua rede de dependências. Segundo esta concepção, autonomia poderia ser traduzida em um processo de co-constituição em que o sujeito é sempre co-responsável por sua própria constituição e pela constituição do mundo que o cerca. No entanto, algumas condições são necessárias para que se possa desenvolver um sujeito mais autônomo,

alguém que tenha acesso a informações, possibilidades de refletir sobre elas. Essas condições precisam ser garantidas por leis que as sustentem, por políticas públicas e dispositivos institucionais que as alimentem.

A. diz que gostaria de voltar para sua cidade no Sul, mas que ainda não havia conseguido a passagem. Ela relata: “Eu já falei com a assistente social do CTA e elas não podem me ajudar. Depois fui procurar a Igreja, mas eles ainda não me deram resposta” (sic). Alguns usuários da roda dizem que existem meios de conseguir a passagem e que ela deveria procurar a rodoviária ou o CREAS. A. diz que no CREAS demorava muito para sair o benefício e que não queria perder seu tempo. Sua próxima tentativa será na rodoviária (DIÁRIO DE CAMPO, roda de conversa, 13/04/2019).

Durante todo o processo o grupo investigou e questionou o que era autonomia. Por vezes percebíamos a imensidão do vazio que existia naquelas pessoas que apenas concordavam com o que os pesquisadores levavam como propostas de atividades e passeios. Roger Garaudy, destacava: “*Nem sempre o mais difícil é resolver os problemas. Às vezes, é colocá-los*” (1967, p. 01). Desse modo, instigávamos as discussões e sempre discorriamos sobre a importância da tomada de pequenas decisões e de reavivar interesses, desejos e sonhos. No entanto, recebíamos apenas respostas tímidas, infantilizadas e fantasiosas. Se por um lado eles tinham a autonomia de existir por outro a instituição lhes tirava a autonomia de viver.

R. diz: “É quase impossível o pessoal daqui fazer alguma coisa sozinha. Ainda mais em grupo. Não dá certo, não. A gente precisa da ajuda das pessoas. Precisamos de uma pessoa de liderança” (sic). A pesquisadora retoma que era muito importante que eles percebessem que era possível fazer um passeio ou uma saída sem que alguém estivesse como responsável, sendo deles a responsabilidade. O pesquisador diz que era importante que eles não fizessem apenas o que lhe eram ofertados, mas que tivessem a iniciativa de buscarem passeios que lhe trouxessem prazer. R. diz querer ir a uma corrida chamada Red Bull ladeira à baixo e os estagiários perguntam por que não se juntavam para ir. R. retruca: “Cada um tem sua opinião, mas eu não vou ser burro de acreditar que sem um líder não haveria brigas ou confusões. Por isso prefiro não ir” (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, roda de conversa, 13/04/2019).

Foucault (1988) diferencia as estratégias de biopoder (que se iniciam a partir da época clássica - séc. XVIII) com o poder do soberano (presentes até o séc. XVII), sendo que ambos insistem nos regimes que entretencem a relação entre a vida e a morte. O soberano detém o poder de “fazer morrer e deixar viver”, pois apropria-se de corpos e vida de cujos súditos devem sua vida e sua morte à vontade do soberano, cabendo a este decidir “juridicamente” quem deve morrer para preservar o seu governo. Já as estratégias de biopoder do mundo moderno mobilizam um outro componente - a gestão sobre a vida; em nome da defesa “biológica” da sociedade, decide-se quem deve “fazer viver” e quem deve “deixar morrer”.

C. relata que há algum tempo os usuários estavam com problema com um dos turnos da limpeza, que trancava todos os banheiros depois de limpo e ninguém podia usar. R diz: “Era um absurdo e tudo isso só pra implicar com a gente, teve uma vez que mesmo

eles falando que não podia eu fui lá e usei, aqui tem 3 banheiros não tem sentido trancar os três” (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, roda de conversa medos e autonomia, 23/03/19).

A cada encontro, a partir da escuta aos relatos dos usuários, notávamos a total incompreensão da instituição para com a complexidade de cada indivíduo ali presente. Esses espaços se tornam um reduto ao que é considerado indesejável aos olhos da sociedade.

Ao entrarem no ônibus, a pesquisadora se senta ao lado de um novo integrante. Ela se apresenta. I. diz: “Sou esquizofrênico, mas não sou perigoso” (sic). Ela pede para ele se descrever de outra maneira e ele diz ser triste. “Eu morei no Rio Grande do Norte minha vida inteira. Há uns seis anos vim morar com a minha tia, mas não deu certo, não” (sic). I. diz que nenhuma mulher vai querer namorá-lo por conta de uma cicatriz que tem no braço. Relata ter se cortado em um momento que estava muito furioso, mas que não teria coragem de fazer novamente. “Às vezes tem uma voz que fica me falando tudo o que eu tenho que fazer. É meu outro eu. Às vezes fico mal porque acho que todo mundo está me perseguindo. Não gosto que as pessoas fiquem me olhando. Esse sentimento não passa. Não sei se é porque vim do interior e lá todo mundo cuidava da vida de todo mundo” (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, Pq. Belém, 30/03/2019).

Se, por um lado, existem pessoas que conseguem reconstruir seus vínculos e sair dali rapidamente, por outro, muitas estão tão cristalizadas e desvinculadas que passam uma vida toda nesses equipamentos. Não é apenas o ato de segregar que possui serventia à ordem sedentária. O processo de enclausuramento é, em última análise, um processo de domesticação.

Na volta, SE. um usuário novo conta que acha muito importante ter essas saídas, pois assim pensava menos em beber e conseguia se distrair. Ele diz: “Pra mim é muito importante essas saídas, porque assim eu não fico só fechado e, também, não acabo indo pra onde ia antes. Não quero mais beber, mas também não quero deixar de sair. Pra mim ainda é difícil ir a alguns lugares” (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, Pinacoteca, 16/02/2019).

Quando questionávamos os usuários sobre as possibilidades de alterar aquela situação imposta, a resposta, na maioria das vezes, vinha com um ar de desânimo. Quando alguém se pronunciava de maneira mais ativa era para denunciar a falta de apoio por parte dos próprios usuários.

A pesquisadora pergunta como funcionam as assembleias e R. diz: “É uma besteira. O que adianta se não podemos falar nada que nos incomoda de fato? Tem umas pautas, mas não é nada real” (sic). R. conta que mesmo existindo as pautas o que é falado nessas assembleias mensais é muito diferente da demanda dos usuários. O pesquisador questiona por que não se juntavam e formavam um coletivo. C responde: “Pra que? Na hora do vamô vê todo mundo some. O pessoal tem é medo. Aqui ninguém é autônomo, não. E posso ser sincero? Não me incomoda com isso. Já morei seis anos na maloca e aqui a gente tem tudo. Não dá nem pra reclamar” (sic). Outros usuários que estão na roda se mostram apáticos sobre o assunto (DIÁRIO DE CAMPO, roda de conversa medos e autonomia, 23/03/19).

Um indivíduo, um grupo ou uma sociedade podem ser autônomos quando são protagonistas de suas vidas, quando escolhem como e quando exercer seus pensamentos e

atitudes, dentro das normas estabelecidas também, porém conscientes e críticas das mesmas até mesmo para trabalhar por mudanças nelas, se preciso. Tendo a educação popular como foco de suas pesquisas, este autor afirma que autonomia é a principal ferramenta para a emancipação e é inerente ao indivíduo, estando com ele desde sempre, necessitando que o meio permita o seu desenvolvimento. A autonomia é, então, exercer da cidadania de forma crítica, justa e igualitária (FREIRE, 1996).

O que nos chamava muita atenção eram algumas expressões de autonomia que apareciam de diferentes maneiras através dos encontros. Eram pequenos fragmentos, mas nos norteava para o que buscávamos: *FR. diz: “Gostei muito de sair pro parque com vocês. Pude ver coisas novas, tirei bastante foto para minha filha, fora que pude me distrair um pouco”* (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, Pq. Belém, 30/03/2019). *J. diz: “Não me importo em perder o almoço. O que me importa é estar aqui com vocês fazendo esse passeio”* (sic) (DIÁRIO DE CAMPO, Av. Paulista, 05/05/2019).

A racionalização da sociedade moderna está em contínua tensão com a capacidade do indivíduo de conceber a si mesmo com um ator histórico e social, sendo capaz de tornar-se sujeito de sua história. Esses três termos se definem pelas suas inter-relações, sendo que “o sujeito” é o esforço que faz o “ator social” para se tornar autor de sua própria história. Entretanto, para que o sujeito apareça, é necessário que o indivíduo reconheça em si a presença de um si mesmo junto com a vontade de ser sujeito e a busca por autonomia. A mudança social não pode ser meramente resultado de um planejamento racional por parte do Estado ou das pressões do mercado. É necessária a participação dos sujeitos sociais (TOURAINÉ, 2009).

O abandono de um paradigma determinista (a ideia de que a estrutura determina o sujeito) exige cada vez mais que se pense na relação entre os indivíduos (os seres humanos individuais), o ator social (o agente de mudanças) e o sujeito (a instância de autonomia, um si mesmo capaz de reflexividade e escolhas). Assim, quando se fala no sujeito, é impossível separá-lo da sua situação social. Ao mesmo tempo, o indivíduo não poderia, isoladamente, defender a sua autonomia dentro do contexto social (TOURAINÉ, 1998).

Para tal, é preciso o engajamento mútuo no processo de mudança, sendo que a ideia de sujeito não é separada da ideia de movimento social. Portanto, Touraine (2009) recoloca as classes sociais e os movimentos sociais como “sujeitos” da história. O movimento histórico precisa mais do que de situações dialógicas ou de comunicação ideal. Exige a crítica e a denúncia dos poderes, bem como a força da ação coletiva, que pode proteger os direitos dos indivíduos e permitir que o sujeito sobreviva. O processo de subjetivação é psicológico e

político. O “sujeito” não se limita a ser uma “reflexão” ou um “diálogo” do indivíduo sobre si mesmo. “É uma ação, um trabalho”.

A autotransformação da sociedade é um fazer político, no sentido profundo do termo, e ao qual Castoriadis dá o nome de práxis: “Chamaremos de práxis a este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia” (CASTORIADIS, 1982, p. 94). Para o autor, a práxis não se confunde com um esquema de fins e meios ou planejamento técnico. Tem a autonomia como princípio e visa ao desenvolvimento e ao exercício dessa autonomia. É atividade consciente, mas é diferente da mera aplicação instrumentalizada de um saber. Isso porque todos os saberes que orientam a prática são sempre incompletos, provisórios e fragmentados, uma vez que não pode haver um saber absoluto sobre a história. Assim, compreensão e interpretação emergem constantemente da própria atividade. O sujeito não está separado da sua práxis e emerge dela como projeto de si mesmo. Nesse sentido, a instância última desse projeto não é (apenas) elucidação e sim transformação.

Considerações Finais

De acordo com o Sistema Único de Assistência Social, os programas de acolhimento e abrigamento para pessoas em situação de rua, devem oferecer proteção às situações de violência, contribuir na construção de autonomia e da inserção social (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, o acolhimento institucional de pessoas em situação de rua é necessariamente um espaço de permanência provisória, de forma que a equipe deve acompanhar o usuário em sua entrada e permanência, através da oferta de acolhimento e produção de autonomias funcionais; e em sua saída do equipamento, através de sua inserção em cenários comunitários.

Entende-se, assim, que o primeiro objetivo dos equipamentos de acolhimento institucional seja oferecer acolhimento e garantia de direitos básicos: moradia, alimentação, atenção em saúde etc. Dessa forma, pudemos observar que esse era um dos principais motivos pelo qual os usuários informavam ter se deslocado das ruas para o equipamento.

Entretanto, há na proposta de programas e serviços de abrigamento provisório um segundo objetivo, referente à construção de estratégias para a cidadania plena, na qual o sujeito teria autonomia e poder contratual para as trocas simbólicas (de afeto, renda e conhecimento), favorecendo sua saída do equipamento. Esse foi um objetivo de difícil alcance, visto que esse planejamento é complexo e deve contar com uma forte rede intersetorial que ofereça suporte.

As autonomias funcionais parecem fazer parte do projeto de acolhimento institucional, tanto para facilitar a convivência dentro do equipamento quanto para vincular os usuários a certo modelo de convivência socialmente aceito. Por outro lado, as autonomias afetivas e sociais, ou seja, as autonomias na produção de novas redes relacionais e de interdependência (KINOSHITA, 2001), implicam em um novo modelo de acolhimento institucional, que produza espaços de expressão e deliberação de questões relevantes pelo e para o coletivo e que possa contar com a rede.

Esse novo modelo de acolhimento institucional, que avança do primeiro para o segundo objetivo, ou seja, avança da entrada do usuário no equipamento e seu acolhimento para a saída do usuário do equipamento e seu acompanhamento, está ainda por ser inventado, não apenas no equipamento pesquisado, mas em todo o território nacional. A busca de experiências exitosas, o acolhimento aos questionamentos e encaminhamentos das equipes dos serviços podem ser fortes ferramentas de resistência à desmotivação e ao sentimento de impotência frente à difícil e complexa tarefa que se coloca a esses equipamentos.

Esse projeto foi executado durante o período de um ano aproximadamente. Para cada encontro semanal foram investidas quatro horas de trabalho. Mesmo assim, percebemos a necessidade de se ter mais tempo para uma atuação mais efetiva. E, apesar da ótima vinculação entre pesquisadores e usuários, tivemos pouco êxito em produzir algo que os direcionasse a uma autonomia e emancipação. Entretanto, sabemos que essa construção depende de um projeto coletivo.

Por fim, destacamos que esse trabalho não teve como pretensão esgotar as discussões acerca da complexidade que envolve o processo de autonomia e emancipação de indivíduos institucionalizados. De qualquer maneira, para ser considerado processo, deve sempre estar permeado por contradições, desafios, reflexões e reformulações.

Referências

BARROS, J. S. (2004). **Moradores de rua – pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira**. Dissertação de Mestrado, em Sociologia. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a Contar. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 8 out. 2018.

CASTORIADIS, C. (1982). **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1980/1995). **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34.

_____. (1980/1997). **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34.

DI FLORA, M. C. **Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados?** Editora: Vozes. Petrópolis, 1987.

DOMINGUES, Adriana Rodrigues. **Cartografias de uma experiência comunitária**. 2011. 268 P. Tese (doutorado) – Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DOMINGUES, Adriana Rodrigues, MATTOS, Ricardo Mendes, YAMAGUCHI, Mauro Kenji. **Para a crítica do sistema albergal: Subversões, submissões e possibilidades de sublevações**. Revista Psicologia Política. São Paulo, n. 10, p. 239-271, 2005.

FARINA, C. **Arte e formação: uma cartografia da experiência estética atual**. Caxambu. In: Anais da Reunião Anual da ANPED; Caxambu, 2008.

FOUCAULT, M. (1977) **Vigiar e punir** – nascimento da prisão. (Ligia M. Ponde Vassallo, Trad. Petrópolis: Vozes. (Trabalho originalmente publicado em 1975).

FOUCAULT, M. (1988). **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, M. (1999) **A verdade e as formas jurídicas**. (Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, Trad.). Rio de Janeiro: Nau. (Trabalho originalmente publicado em 1974).

FORTINI, P. F.; SOUZA, C. A. **Vozes da rua: um relato de experiência com moradores de rua**. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARAUDY, R. (1967) **Marxismo do século XX**. (Leandro Konder e Giseh Vianna Konder, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUATTARI, Félix. **A transversalidade**. In: *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. São Paulo. Editora: Ideias & Letras, 2004.

KINOSHITA, R. T. **Contratualidade e reabilitação psicossocial**. In: PITTA, A. (Org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 55-59.

LOURAU, R. Genèse du concept d'implication in Revista POUR, n. 88, Paris, 1983
_____. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*, Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MATTOS, R. **Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Marcos. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2006.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Texto para Discussão nº 2246. Brasília. IPEA, 2016.

ONOCKO CAMPOS, R. T.; CAMPOS, G. W. S. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: CAMPOS, G.W. S. et al. (Orgs.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 669-688.

PAULON, S., & NEVES, R. (2013). Apresentação. Em: Paulon, Simone Mainieri & Neves, Rosane. Saúde Mental na Atenção Básica: **A territorialização do cuidado**. Porto Alegre: Sulina, v.1. p 11-16.

RAMOS, C.; CARVALHO, J. E. C. de. **Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária**. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 20, n.2, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a04v20n2.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

REICHERT, C. B. e WAGNER, A. (2007). **Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais**. Revista Psico, v. 38, n. 3, set./dez., pp: 292-299. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1496/2173>. Acesso em: 22 jan. 2018.

ROMAGNOLI, R. C. **A cartografia e a relação pesquisa e vida**. Psicologia & Sociedade; 21 (2): 166-173, 2009.

SANT'ANA, R.B. **Autonomia do Sujeito: As Contribuições Teóricas de G. H. Mead**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Vol. 25 n. 4, pp. 467-477, Out-Dez 2009.

SILVA, Maria L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população de rua no Brasil**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. 2006.

STOFFELS, M-G. (1977) **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 21).

TOURAINÉ, A. (2009). **O sujeito**. In: A. Touraine. Crítica à modernidade. (pp. 213-245). Petrópolis: Vozes.

_____. (2009). **O sujeito como movimento social**. In: A. Touraine. Crítica à modernidade. (pp. 248-268). Petrópolis: Vozes.

_____. (1998). **O sujeito**. In: A. Touraine. Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes. (pp. 68-111). Petrópolis: Vozes.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde**. Saúde e sociedade, São Paulo, v. 13, n. 1, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 mar 2019.

WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a Realidade.** Rio de Janeiro, Imago, 1975.